
Contribuições de Rogério Haesbaert às Geografias da Comunicação: do regionalismo à multiterritorialidade¹

Andreza Mota de Oliveira ANDRADE²

Sonia AGUIAR³

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

Resumo

O presente artigo é resultado do interesse despertado pela obra acadêmica do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert da Costa durante revisão de literatura sobre o conceito de “multiterritorialidade”, fundamental para a pesquisa de Mestrado em Comunicação, atualmente em desenvolvimento, que tem como objeto um estudo de caso da cobertura jornalística do acidente aéreo em que morreu o cantor Gabriel Diniz (em 2019, no município de Estância, Sergipe). A cobertura realizada pelo Portal G1 é caracterizada como um fenômeno jornalístico atípico, justamente por envolver narrativas sobre um único personagem construídas a partir de múltiplos territórios.

Palavras-chave: Geografias da Comunicação; Portal G1; cobertura multiterritorial; território-rede; des-re-territorialização.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo nasceu do interesse na obra do geógrafo gaúcho Rogério Haesbaert despertado durante revisão de literatura sobre o conceito de “multiterritorialidade”, fundamental para a pesquisa de Mestrado em Comunicação ora em desenvolvimento, que tem como objeto empírico um estudo de caso sobre uma cobertura específica realizada pelo Portal G1. Composto e alimentado pelas afiliadas da Rede Globo de Televisão, este portal de notícias é pautado pelas coberturas cotidianas realizadas por essas emissoras de TV em determinados “recortes regionais” pelos quais são responsáveis.

Mas, eventualmente, um acontecimento extraordinário pode acionar algumas dessas unidades regionais simultaneamente, provocando uma cobertura multiterritorial. Como no caso do acidente aéreo ocorrido na cidade de Estância, no interior de Sergipe, que resultou na morte do cantor mato-grossense do sul Gabriel Diniz (autor de Jenifer, o

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, no XXI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pelo PPGCOM da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

³ Orientadora, doutora em Comunicação, pós-doutora em Geografia Regional, professora do curso de Jornalismo e do PPGCOM da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

hit do Carnaval de 2019), a caminho de Maceió para um encontro com a noiva alagoana, após a realização de um show em Feira de Santana, Bahia. Era 27 de maio de 2019 e o sepultamento ocorreu no dia seguinte, em João Pessoa, onde o artista havia se estabelecido. Dali a dois dias teria início o ciclo junino, do qual Diniz participaria intensamente, com shows já agendados em várias cidades do Nordeste.

Assim, a morte prematura de uma celebridade musical do momento provocou o interesse “por proximidade” identitária de pelo menos oito afiliadas da Globo, acionadas também pela cabeça de rede (com sede no Rio de Janeiro), em função da “territorialidade nacional” do fenômeno de massas fabricado pela indústria cultural. O interesse pelo acontecimento como um objeto de pesquisa também se deu “por proximidade”, por ter ocorrido na cidade de nascimento da mestranda, Estância (a 68 km da capital sergipana, Aracaju). Contudo, a reconstituição do percurso da cobertura deixou claro que não se tratava de um fenômeno jornalístico trivial, justamente por envolver narrativas sobre um único personagem construídas a partir de múltiplos territórios, o que remetia diretamente ao pensamento de Rogério Haesbaert⁴.

Fuini (2014, p.3), ao fazer “uma investigação sobre o movimento de renovação e atualização do conceito de território” sob o olhar da Geografia brasileira, enfatiza a contribuição de Rogério Haesbaert nessa construção teórica, especialmente em dois momentos. A primeira na obra intitulada “A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão”, de 1999 (sua segunda produção mais citada). A segunda, a partir do livro “O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade”, de 2004, sua obra mais conhecida, com mais de 5.200 citações contabilizadas pelo Google Acadêmico (até 04 de agosto de 2021). O conceito atravessa as outras três produções mais citadas do autor: “Territórios Alternativos” (2013); “Desterritorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste” (1997); “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade” (2005).

Em entrevista concedida à revista do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, GeoUERJ, em 1998, Haesbaert já dava pistas das

⁴ Atualmente, de acordo com o Currículo Lattes, é professor titular do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Fluminense e docente colaborador do curso de Pós-graduação em Políticas Ambientales y Territoriales da Universidad de Buenos Aires e do Doutorado em Ciencias Sociales da Universidad de Tucumán (Argentina).

inquietações que nutria e levantava questões amplas que até hoje são objeto de seus estudos, a exemplo do conceito de multiterritorialidade.

Como entender um espaço que se dissocia e se integra ao mesmo tempo? A antiga lógica espacial em que os principais sujeitos desenhavam superfícies ou áreas contínuas, e que nos permitiam visualizar “regiões” relativamente coerentes e coesas, parece cair por terra, ou melhor, a ela se mesclam lógicas ditas reticulares, ou seja, de redes, que podem ser representadas simplesmente por pontos, e linhas que muitas vezes são fluxos imateriais que produzem efeitos de um túnel, excluindo de sua influência imensas áreas que se transformam em simples espaços-passageiro (HAESBAERT, 1998, p.103).

Nascido na região da Campanha Gaúcha, na cidade de São Pedro do Sul, também chamada de Pampas (parte do Rio Grande do Sul na fronteira com o Uruguai e Argentina), “Haesbaert tem sido um dos geógrafos brasileiros cujos trabalhos mais contribuem com uma reflexão teórica e conceitual sobre o conceito de território”, [com estudos que discutem] o regional, o territorial, e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização” (SILVA, 2010, p. 299).

Foi a “vida de migrante”, proporcionada pelas 20 mudanças de residência em 25 anos, “do urbano para o rural, e vice-versa, da agricultura e da pecuária para o pequeno comércio, os serviços”, que despertaram no autor a vocação para a Geografia, conforme confidenciou em entrevista à revista GeoUERJ (1998, p.94). Sem contar que ainda criança já era fascinado por mapas e “a vontade de conhecer novas culturas, através do espaço, da paisagem, era enorme”, como revelou na mesma entrevista.

A trajetória acadêmica de Haesbaert, toda ela na área da Geografia, teve início na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com licenciatura e bacharelado concluídos em 1979 e 1981, respectivamente; prosseguiu no mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defendido em 1986, com a dissertação “A Campanha Gaúcha e o resgate da identidade regional”; e a tese de doutorado, “Gaúchos e baianos: modernidade e desterritorialização”, defendida em 1995 na Universidade de São Paulo (USP).

Trata-se, portanto, de um “filósofo” da Geografia (assim como Milton Santos), e mais particularmente, de um “geógrafo territorialista”, criador de um sofisticado “quadro teórico que incorpora o modelo dialético do T-D-R” (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização), no qual verifica a compreensão sobre as relações espaço-tempo”, segundo Fuini (2017, p.21). Longe da pretensão de esgotar toda essa literatura produzida, a proposta deste artigo é realizar um breve “voo” sobre o

pensamento de Rogério Haesbaert, tendo em vista suas contribuições para o novato campo das Geografias da Comunicação. A tarefa aqui é a de observar as “costuras” possíveis em sua produção e algumas especificidades do pensamento “haesbaertiano”, dividido em quatro eixos: a questão regional; território ou territorialidade?; des-re-territorialização; multiterritorialidade e territórios-rede.

2. A QUESTÃO REGIONAL

Região, segundo Haesbaert (2005, p.2), muito embora seja um conceito bastante utilizado por diversos cientistas sociais (da Economia Regional, da História Regional, da Sociologia, da Ciência Política, da Antropologia), é um conceito muito caro aos geógrafos, cuja concepção “remonta às origens do próprio pensamento geográfico” (HAESBAERT, 2019, p.117).

Ao examinar em dicionários o termo região, Haesbaert (2005) encontra mais de sete definições, algumas delas subdivididas, o que demonstra uma polissemia, sem falar da amplitude que a palavra possui junto ao senso comum. Ao mesmo tempo, região é um conceito que morre e ressuscita sempre de forma diferente ao longo da história da Geografia. Sua importância transita tanto pela categoria prática (senso comum, cotidiano) quanto pela analítica (acadêmica) e pela normativa (por exemplo, na esfera das políticas estatais de planejamento). E mais: “ao mesmo tempo que se distinguem, essas perspectivas se cruzam”, em um diálogo que reflete aproximações e/ou ênfases do espaço vivido ou de uma visão mais pragmática (HAESBAERT, 2019, p.117).

O debate sobre a questão regional, para Haesbaert (1996), não se distancia do desdobramento cíclico do pensamento geográfico, pois a distinção entre a Geografia Regional e a Geografia Sistemática “pode de certa forma ser transportada para o próprio interior da Geografia Regional”. Essa leitura, que dialoga com o ir e vir das definições da Geografia para compor um entendimento sobre a região, é imperativa para o autor, visto que a questão regional é dada como um conceito “‘integrador’ por excelência”, ora com relação à sociedade e à natureza ora porque também é notória a integração junto às múltiplas dimensões sociais (HAESBAERT, 2005). Esse olhar considera “as novas formas de manifestação da diversidade territorial à qual está ligada a regionalização, assim como as novas escalas em que se dá a manifestação dessas escalas” (HAESBAERT, 1999, p.16).

Uma outra proposição de Haesbaert, no artigo “Região, diversidade territorial e globalização”, de 1999, é a distinção entre região e regionalizar. Para o autor, região enquanto conceito é um veículo de interpretação do real que apreende características efetivamente existentes; já a regionalização é um instrumento de investigação, semelhante ao método de periodização dos historiadores (HAESBAERT, 1999, p.32). Logo, o regional não se resume mais “apenas à realidade concreta”.

Nessa mesma obra, o autor afirma que embora a globalização se mostre expressivamente “homogeneizadora”, existe um movimento “permanente” focado em reconstruir a heterogeneidade e a fragmentação, tudo isso via novas desigualdades e por meio da recriação da diferença em todos os “cantos do planeta”.

Um certo retorno às singularidades e ao específico ficam evidentes em correntes como o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, denominações que evocam a crise social e de paradigmas em que estamos mergulhados, o que exige um constante questionamento de nossas proposições conceituais (HAESBAERT, 1999, p. 16).

Haesbaert (1999, p.17) aponta que a geografia regional faz parte do movimento de redescoberta do estudo do específico e isso demonstra um interesse revigorado pelas singularidades. Ou seja, a “regionalização é um processo amplo, instrumento de análise”, que permite gerar “recortes mais coerentes que deem conta das diferenciações no espaço”. Assim, a questão regional passa pelo fundamento de entender o cenário das “reestruturações regionais”. Vinte anos depois, Haesbaert (2019, p. 119) alerta, ainda, para o fato de que a sociedade globalizada, embora tenha se deslocado das bases naturais geográficas, necessita entender que “as reconfigurações regionais terão cada vez mais que responder a uma nova relação sociedade-natureza que minimamente resgate sua indissociabilidade”.

Sobre a existência de problemas pertinentes à questão regional no universo acadêmico, o geógrafo gaúcho defende que a busca pela “síntese entre múltiplas dimensões de espaço geográfico” [...] “sem ser exaustiva, está vinculada à produção de uma singularidade coerente capaz de delimitar uma porção contínua e relativamente estável do espaço” (HAESBAERT, 1999, p.19). Mas essa estabilidade e continuidade são físicas e naturalmente geram uma questão problemática, visto que tratar sobre regionalização “num mundo em globalização é uma tarefa duplamente difícil”.

A revalorização do singular não está ligada à ideia de absorver a “fenomenologia pura” visualizada no “acontecimento” ou num empirismo bruto, baseado no binômio

observação-descrição”. Esse movimento significa “evidenciar a capacidade dos grupos humanos de recriar espaços múltiplos de sociabilidade” (HAESBAERT, 1999, p.22). O autor reconhece o peso das relações socioeconômicas e o quanto promovem a desigualdade social, mas evidencia que apesar do “enorme potencial para dar origem a outras regiões”, a desigualdade econômica não possui a capacidade de sozinha criar uma região. É a reunião do simbolismo das paisagens com a materialidade territorial do poder político que garantem a definição de região, que por sua vez é conceituada como um território supra-local e infra-nacional (HAESBAERT, 1996, p.20).

A regionalização midiática promovida pelo Portal G1 atende a essa dupla caracterização: é supra-local, porque cada afiliada assume a responsabilidade pela cobertura de um recorte territorial que reúne um conjunto de cidades vizinhas, em diferentes escalas; e é infra-nacional, porque o conjunto das afiliadas compõe a rede nacional de televisão, com ampla cobertura do território nacional, em termos de alcance do sinal que leva a programação às casas dos brasileiros, embora não do ponto de vista da cobertura jornalística, que deixa muitas manchas de invisibilidade ou opacidade no território brasileiro.

3. TERRITÓRIO OU TERRITORIALIDADE?

Ainda em sua origem, “o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”, na qual a primeira se refere à etimologia, que expressa a ideia de dominação da terra (jurídico-política), cabendo por extensão o privilégio de usufruto, a posse. Já a segunda vai em direção ao sentido de apropriação, de identidade. O território, então, tem em sua definição tanto as “marcas” do “espaço vivido”, pois existe a apropriação de representações, quanto as “marcas do sistema”, que delimitam os espaços e estabelecem regras que ditam o estado de posse (HAESBAERT, 2004; 2005; 2007).

O autor esclarece que, “em qualquer das acepções”, território “tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’ (propriedade), o “poder no sentido mais concreto, de dominação”; o conceito de território contempla também o “poder no sentido mais simbólico, de apropriação”, destaca Haesbaert (2005, p. 6774).

Definir território é um dos passos adotados pelo autor em muitas das suas produções, sejam elas sobre quaisquer temas mais específicos da Geografia. Rogério

Haesbaert entende que observar o termo é um exercício que ajuda a evitar que a concepção de território fique escondida e não receba a devida atenção.

A verdade é que o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, nem como um mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador. Assim como não é algo dado, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da “imaginação geográfica” dos indivíduos (HAESBAERT, 2003, p.13).

Esse percurso de estruturação do conceito de território, segundo Haesbaert (2003), garante que, ainda que se “despreze” a dimensão simbólica objetivando enfatizar o caráter político, “interpretar” a base cultural amplia a compreensão “dos complexos meandros do poder” que constitui o território.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaco, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2007, p. 21).

O modo como as pessoas se organizam no espaço, utilizam e dão significados à terra que ocupam está intimamente ligado à territorialidade, que não se resume à dimensão política, uma vez que também “diz respeito às relações econômicas e culturais”. Haesbaert (1997; 2007) percorre as “três ‘escolas’ de tratamento teórico do território enquanto categoria jurídica” (território-objeto; território-sujeito; território-função) e lança mão de autores como Raffestin e Lefebvre para compartilhar um breve, mas didático entendimento sobre o espaço (físico/natural; concebido/percebido/vivido), e assim gerar uma compreensão consistente sobre a territorialidade e seus processos.

A territorialidade, segundo Haesbaert (1997, p.42), “está impregnada não só de um poder que circunscreve espacialmente, mas também de laços de identidade que tentam de alguma forma homogeneizar esse território”, preenchendo sua área/superfície de forma “minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial” [...] “e/ou por uma fronteira definidora da alteridade”.

É na multiplicidade de suas manifestações que o território e a territorialização devem ser trabalhados, em especial, na “multiplicidade de poderes” incorporados pelos múltiplos sujeitos envolvidos “tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência”. Distinguir os territórios de acordo com os personagens que os constroem (indivíduos, grupos sociais/culturais, Estado, empresas, instituições etc.) é uma

necessidade que precisa ser suprida, uma vez que “controla-se uma ‘área geográfica’, ou seja, cria-se o ‘território’, visando ‘atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos’” (SACK, 1986 apud HAESBAERT, 1997; 2007).

De acordo com o autor, “recortar o espaço e o tempo significa, de uma forma ou de outra, delimitar, concreta e/ou abstratamente, nosso espaço-tempo” (HAESBAERT, 2016, p.7). A relação espaço-tempo e o elemento fronteira e/ou limite precisam ser discutidos quando se pensa em território e, conseqüentemente, em territorialidade.

Porto-Gonçalves (2002, apud Haesbaert, 2016, p.10) diz que tanto no sentido interno quanto externo, as fronteiras trazem consigo a memória das lutas, do *front*, das disputas, que vão além da perspectiva de espaço absoluto dos territórios soberanos dos Estados. Hissa (2002, apud Haesbaert, 2016, p.11), conceitua limite como sendo algo próprio da cultura dos povos, é um elemento intruso, idealizado, portanto, abstrato. Haesbaert realizou uma espécie de levantamento sobre o conceito de território ao longo dos trabalhos desenvolvidos, o que de certa forma contribuiu para fortalecer o interesse sobre o tema.

No caso do Portal G1, a leitura de território como um espaço se dá por uma perspectiva integradora (articulada/conectada), a qual, segundo Haesbaert (2004, p.77), é aquela que “ao mesmo tempo que inclui a concepção multiescalar e não exclusivista” (territórios múltiplos e multiterritorialidade - que aqui receberá a devida atenção mais adiante), também afirma que o território é um híbrido. Ou seja, é o conjunto de experiências (relações de domínio e apropriação, no espaço e/ou através dele), no qual se articulam elementos-chave, que somente se articulados (em rede), por meio de múltiplas escalas (do local ao global), são responsáveis por conectar diferentes pontos e áreas.

O portal G1 foi criado exatamente para dar visibilidade online às produções das afiliadas à Rede Globo e é alimentado por conteúdos produzidos pelas equipes das 118 emissoras afiliadas e cinco canais próprios. Um menu estruturado com a clássica representação das cinco macrorregiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), que se desdobram nas 27 Unidades da Federação (UFs) e, nestas, 34 sub-regiões midiáticas que refletem as desigualdades do território brasileiro. Oito dessas afiliadas foram mobilizadas na cobertura do acidente aéreo fatal com o músico Gabriel Diniz - Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Goiás, Paraíba, Mato Grosso do Sul - apenas no dia do fato, as quais se utilizaram de referências e elementos próprios.

Isso sem contabilizar a cabeça de rede, com sede no Rio de Janeiro, caracterizando claramente a multiterritorialidade do Portal e da cobertura do caso.

4. DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

No livro “Territórios Alternativos”, Haesbaert (2013) traz o seguinte questionamento: fim dos territórios, das regiões e dos lugares? Para o autor, muitos são aqueles que entendem que “os processos da globalização teriam feito imperar o mundo desenraizado, ‘móvel’, dos fluxos e das redes. Essa compreensão geralmente está alicerçada na crença de que os “‘territórios’ (geográficos, sociológicos, afetivos...) estão sendo destruídos juntamente com as identidades culturais (que seriam também territoriais) e o controle (principalmente o estatal) sobre os espaços”.

“A razão instrumental, por meio de suas redes técnicas globalizadoras, tomaria conta do mundo, surgindo uma sociedade-rede, onde proliferariam cada vez mais os não lugares” (CASTELLS, 1996 e AUGÉ, 1992 apud HEASBEART, 2013, p. 129). Com essa percepção sobre como terceiros vêm a globalização operar, Haesbaert (2013) destaca a importância de revisitar, e até aprimorar, os conceitos básicos da Geografia. O autor reforça a necessidade de direcionar especial atenção ao conceito de território, algo já citado acima, para só então seguir adiante com qualquer argumento.

Por outro lado, há um movimento intelectual do conceito de território por meio da ideia de desterritorialização, que para Haesbaert (2003; 2013) abarca diferentes concepções. O autor opta por agrupar as noções de território em duas abordagens de acordo com as referências adotadas por elas. A primeira abordagem parte da ideia de território como espaço físico e é subdividida em três perspectivas, já a segunda se sustenta nas relações de poder e estratégias identitárias estabelecidas no território.

As leituras que tratam o território como apenas espaço físico apontam a desterritorialização como simples desabilitamento das mediações espaciais/materiais e sinônimo de “deslocalização”, o qual está associado à ideia de enfraquecimento da atividade econômica. A segunda abordagem, dita cartográfica, que observa uma espécie de superação do espaço pelo tempo, defende uma diminuição ou anulação da distância em favor do tempo, da história. Uma terceira frente enfatiza as relações imateriais, a desmaterialização das relações sociais, denominada por alguns estudiosos de ciber-

desterritorialização, ou melhor, relações sem referencial espacial concreto (HAESBAERT, 2003, p.15-16).

A desterritorialização pelo poder e pelo uso de estratégias identitárias está relacionada ao “desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais”. Mas é preciso se cercar de cuidados e não fazer confusão com o conceito de lugar, pois, basicamente o conceito de lugar está delineado pelo uso de estratégia de identificação cultural, o qual, sob a ótica da desterritorialização perde sentido, é transformado em um “não-lugar”. Tem-se ainda a noção de desterritorialização envolta nos processos de exclusão socioespacial, como perda do acesso à terra, e não somente no sentido físico, mas também de apropriação do simbólico (idem, p.17).

É a ênfase a um dado aspecto que orienta por qual eixo ocorre a desterritorialização, baseada “numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), ‘técnico-informacional’ (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial)”, afirma Haesbaert (2013, p.132). Como anulação das distâncias ou como desmaterialização das relações sociais, a desterritorialização é reflexo da mobilidade crescente que rompe com a fixidez que tradicionalmente era uma das marcas da territorialidade (HAESBAERT, 2003, p.17).

De acordo com Haesbaert (2004, p. 236), o discurso de desterritorialização, muitas vezes fruto de uma visão mais estática e quase a-temporal de espaço, torna-se “o discurso da(s) mobilidade(s)”. “Tanto da mobilidade material”, inerente à mobilidade de pessoas, “quanto da mobilidade imaterial”, “ligada aos fenômenos de compressão tempo-espaço” e que se propaga através do ciberespaço. Nesse sentido, tem-se “o poder via novas tecnologias de informação” exercendo “‘controle’ sobre territórios muito distantes, e a descontinuidade de nossos territórios se torna muito mais corriqueira”. Dito isso, o autor aponta ser necessário discutir o “virtual”, por se tratar de “uma característica marcante das sociedades de controle” (HAESBAERT, 2004, p. 268).

A “virtualização” deve ser observada “como uma dinâmica atuante na reterritorialização, isto é, na construção de novos territórios, tenham eles uma maior carga funcional ou simbólica, sejam eles mais estáveis ou em constante movimento” (idem, 2004, p.274).

(...) distinguir que tipos de controle estão agora dominando, sem dúvida controles muito mais velados, sutis e disseminados (para alguns,

“desterritorializados”), e, paralelamente, que tipos de território (reterritorialização) são produzidos como espaços onde ou através dos quais se realiza este controle (HAESBAERT, 2004, p. 264).

Preocupado em ampliar e pensar o conceito de desterritorialização, Haesbaert (2004, p.275) é objetivo ao falar que não se trata de um movimento que faça desaparecer territórios ou até mesmo seja concebido de forma paralela a um movimento territorializador. Desterritorialização deve ser entendido como um “processo de relacional, des-re-territorializador, onde o próprio território se torna mais complexo, por um lado mais híbrido e flexível”, dentro de “sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação”. Mas por outro também é menos flexível, marcado por “muros que separam ‘incluídos’ e ‘excluídos’, etnia ‘x’ e etnia ‘y’, grupos ‘mais’ e ‘menos’ seguros (e/ou violentos).

Uma abordagem que se aplica à cobertura multiterritorial do G1, já que o Portal, ao apresentar ao leitor conteúdos produzidos por várias afiliadas, religa os vários territórios que configuram as trajetórias pessoal e profissional de Gabriel Diniz. Ou melhor, “cada polo se define como ponto de entrecruzamento e de comutação de redes múltiplas, nó de densidade numa gigantesca imbricação de fluxos que é a única realidade concreta”, mas que naturalmente, “é também um desafio à representação e à imaginação” (VELTZ, 1996, p.65 apud HAESBAERT, 2004, p.296-297).

5. MULTITERRITORIALIDADE E OS TERRITÓRIOS-REDE

Antes de qualquer movimento no sentido de estabelecer o conceito de multiterritorialidade, Haesbaert (2005; 2007) reflete sobre a necessidade de realizar uma distinção entre “múltiplos territórios” e “multiterritorialidade”, começando por afirmar que a multiplicidade de territórios é uma condição indispensável e essencial à manifestação da multiterritorialidade, mas não é suficiente, o bastante, para entendê-la.

A multiterritorialidade é, se não a forma dominante, pelo menos a forma contemporânea ou “pós-moderna” da reterritorialização, a qual muitos autores, equivocadamente, preferem caracterizar como desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância dos territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, sobre os territórios-zona, exclusivistas e contínuos, que marcaram aquilo que se pode denominar de modernidade clássica, dominada pela lógica territorial exclusivista de padrão estatal (HAESBAERT, 2003, p.19).

Para entender a multiterritorialidade contemporânea é preciso retomar às suas origens, pois, segundo Haesbaert (2007, p.34), a multiterritorialidade não é uma novidade. Na verdade, sempre foi vivida, pois quando se fala em experimentar vários territórios ao mesmo tempo tem-se de fato a formulação de uma territorialização múltipla, que possui como ponto de partida o nível individual ou os pequenos grupos e resulta em uma interação, em um entrelaçamento de diferentes territórios.

Ao contrário, porém, de uma desterritorialização enquanto destruição inexorável de nossos territórios, vistos como espaços efetivamente dominados e/ou apropriados, o que encontramos é uma mudança muito mais rápida de territórios, moldando aquilo que propusemos denominar de “multiterritorialidade”: a vivência, concomitante ou sucessiva, de múltiplos territórios na composição de nossa territorialidade (HAESBAERT, 2011, p.2-3).

A multiterritorialidade se mostra como uma alternativa de conceito dentro de um processo denominado por muitos como desterritorialização. Muito além da perda e destruição de territórios, nos processos de territorialização, por vezes, se vivencia a “intensificação e complexificação de um processo de reterritorialização muito mais múltiplo, ‘multiterritorial’”. “É um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2007, p.19-20).

De acordo com Haesbaert (2011, p.7), há que se considerar que a multiterritorialidade está inserida em um dos maiores paradoxos da geografia contemporânea: um mundo cada vez mais marcado pela fluidez do espaço versus “um dos componentes mais emblemáticos dos territórios”, suas fronteiras (ou simplesmente limites). É que “ao lado da fluidez globalizada das redes e ‘da desterritorialização’ (e/ou multiterritorialidade)”, na contramão, surgem também, em outra via, “os fechamentos, as tentativas de controle, da circulação, sobretudo da circulação das pessoas”, mas também podemos dizer, da informação e das narrativas.

Haesbaert (2004a, p.344) afirma que atualmente há uma ampla diversidade (conjunto) de opções de territórios/territorialidades, que se pode acessar e transitar de maneira veloz (por meio da internet). Ainda que esses territórios sejam mais instáveis e móveis, e que a depender da condição social, possam permitir o fazer e desfazer constante da multiterritorialidade. Isso porque, historicamente, as redes de atuação, os territórios-

rede⁵ “envolviam o domínio direto ou indireto (pelo comércio) sobre outras áreas (territórios-zona) e o domínio das rotas marítimas que permitiam a sua interconexão” (HAESBAERT, 2007, p.30).

Haesbaert (2005, p.6791) aponta que “pensar multiterritorialidade é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas”.

Haesbaert (2004, p.13) alerta que o conceito de multiterritorialidade não deve ser entendido apenas de maneira quantitativa, que dispõe de uma diversidade de territórios, é preciso também observar as mudanças qualitativas, “a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitantemente, de uma enorme gama de diferentes territórios”. Não por acaso um dos termos mais empregados pelo geógrafo ao observar a multiterritorialidade é o adjetivo “concomitante”, com a óbvia intenção de reforçar que se dê a devida atenção à ideia de simultaneidade territorial.

Como já dito, a cobertura jornalística realizada pelo Portal G1 sobre o acidente aéreo que vitimou Gabriel Diniz envolveu múltiplos territórios simultaneamente, configurando uma multiterritorialidade acionada por um “jogo aberto”, que “‘joga’ com todos os territórios possíveis”. Mas não só isso, por ser um caso de multiterritorialidade contemporânea de alta complexidade e flexibilidade, que pode ser criada, ativada ou desativada numa “incrível velocidade” (HAESBAERT, 2004, p.360-361). O G1 é, portanto, um território-rede de emissoras de televisão em formato de plataforma digital, que favorece a cobertura de narrativas multiterritoriais, como será analisado no estudo de caso proposto para a pesquisa do Mestrado em Comunicação, tanto pelo viés do acontecimento quanto pelo viés do protagonista da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe, nesta breve leitura da obra de Rogério Haesbaert, é que existe um encadeamento entre os conceitos e a complementação entre eles, que o geógrafo

⁵ Souza (1997 apud Couto, 2018, p.77) descreve território-rede como sendo uma “ponte conceitual” que tem a capacidade de reunir “a contiguidade espacial do território, ‘no sentido usual’ e a descontinuidade das redes, formando-se, assim, um território descontínuo que, dependendo da escala, é ‘uma rede a articular dois ou mais territórios descontínuos’”.

chama de “constelação de conceitos”, de grande valia para o campo das Geografias da Comunicação, em especial para estudos que envolvam a questão regional e o “mito da desterritorialização” em tempos de intensificação das comunicações a distância, por meio de plataformas digitais.

Em resposta a essa mitificação, Haesbaert contrapõe os processos de contínua produção de territorialidades: des-re-territorialização, multiterritorialidade e territórios-rede. Roberto Lobato Corrêa, na orelha do livro “O mito da desterritorialização”, destaca que “é bom para a geografia que o espírito crítico seja sempre revigorado, como o é no livro de Rogério Haesbaert”, e acrescentaríamos: mais ainda para a interdisciplinaridade que provoca o diálogo entre Geografia e Comunicação.

Assim, o pensamento deste geógrafo gaúcho, além de ajudar a esclarecer temáticas controversas, proporciona entender como a comunicação se “apodera” dessas territorialidades que “modelam” as informações. Como no estudo de caso proposto para pesquisa, que envolve um processo de observação: da regionalização midiática promovida pelo Portal G1; da perspectiva territorial da própria plataforma; da apropriação das trajetórias pessoal e profissional de Gabriel Diniz; e do nível de multiterritorialidade atingido pela cobertura.

REFERÊNCIAS

- COUTO, Aiala C. Territórios-rede e territórios-zona do narcotráfico na metrópole de Belém. **GeoTextos**, v. 14, n.1, julho de 2018. p.61-82. Disponível em: <https://bit.ly/2VFSOjk>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- FUINI, Lucas L. Território e Geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Formação**, v.1, n.21, 2014. p. 3-20. Disponível em: <https://bit.ly/3iyWYCx>. Acesso em: 9 jun. 2021.
- _____. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Ensino, Geografia & Pesquisa**, v.21. n.1, 2017, p.19-29. Disponível em: <https://bit.ly/3iw9RRR>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- HAESBAERT, Rogério. Região e Rede Regional “Gaúcha”: Entre redes e territórios. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 15-27, ago. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2XdnwRD>. Acesso em: 20 maio 2021.
- _____. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2VsT1Xj>. Acesso em: 17 maio 2021.
- _____. Entrevista: A identidade de um gaúcho, cidadão do mundo. **GeoUERJ**: Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, n.4, jul.-dez. 1998. p.93-104. Disponível em: <https://bit.ly/3jzimXA>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia (revista do PPGeo UFF)**, Ano 1, n. 1, 1999. p.15-39. Disponível em: <https://bit.ly/37qfc2A>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 18, v.1, n. 18, jan.-jun. 2002. p.37-46. Disponível em: <https://bit.ly/3xrEN5O>. Acesso em: 13 jun.2021.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo. 2005. p.6774-6792. Disponível em: <https://bit.ly/3xyIzKP>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. **Região**: Trajetos e perspectivas. Primeira Jornada de Economia Regional Comparada, FEE-RS, Porto Alegre. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3iwRZCk>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. v.1, n. 2. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3s1VvYo>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Território e Multiterritorialidade**: um debate. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3fKsKdQ>. Acesso em: 19 jun. 2021.

_____. **Da multiterritorialidade aos novos muros**: paradoxos da desterritorialização contemporânea. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3iwdLpL>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Territórios Alternativos**. 3.ed. 1ª reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Limites no Espaço-Tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia (RBG)**, Rio de Janeiro, v.61, n.1, jan.-jun. 2016. p.5-20. Disponível em: <https://bit.ly/3s1VljK>. Acesso em: 7 mai.2021.

_____. Conceitos Fundamentais da Geografia. Região. **GEOgraphia**. Universidade Federal Fluminense, Niterói. V.21, n.45, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VvK0wG>. Acesso em: 15 jun.2021.

SILVA, A. C. da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI**: o território nas tramas das significações imaginárias. Tese (Doutorado em Geografia), FCT-UNESP-Presidente Prudente, 2010, 340 f. (Anexo). Disponível em: <https://bit.ly/3ixkyiV>. Acesso em: 10 jun. 2021.